



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Ata de Reunião Nº 17 - TRE/PRESI/DG/ASPLAN

 Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	Ata de Reunião	Unidade(s)
		ASPLAN /NPQ/NFFGC/NSEGI/GABCOAAD/SEPAC/SEINF/SEREF/NSCIB

Objetivo	3ª Reunião GT Recomendação 40 TRE-PI				
Local	Sala Virtual da Plataforma Zoom		Data	12/08/2025	Ínicio 14:14h
Modalidade	<p>Gravação da reunião:https://us02web.zoom.us/rec/share/bnOpcfwWKoy6giDaEferY7XVb63PGyv-EESDpL1hRha8TWaJ69l5C-ZVwzFhmFmW.a4rNKQ5tU2SIWxH</p> <p>Senha: gPEF=y4i</p>				
Pauta	1) Analise do Plano de Ação para Enfrentamento e Solução de Situações Decorrentes de Calamidades e Desastres Ambientais				

Registros relevantes				
Seq	Momento (h:m:s)	Participante	Síntese dos Comentários	
1	00:00:10	Arsênio Martins (NPQ)	1.1. Iniciou a reunião compartilhando a tela para repasse do plano de ação com suas seguintes deliberações.	
2	00:00:19	Antônio Manoel (NSEGI)	<p>2.1. Solicitou a palavra antes do início da pauta, autorizando a gravação de sua fala por tratar-se de assunto pertinente à reunião.</p> <p>2.2. Informou que está em andamento uma solicitação de proposta junto à Escola Superior da Rede para a realização de um treinamento de quantidade de gestão e quantidade de negócios.</p> <p>2.3. Esclareceu que o treinamento está baseado em normas da ABNT, e que o conteúdo tem relação direta com os trabalhos desenvolvidos pela comissão.</p> <p>2.4. Informou que a ideia foi inicialmente sugerida pelo servidor Anderson Lima, que recomendou que ele buscasse diálogo com o servidor Raimundo Junior (ASPLAN).</p> <p>2.5. Comunicou que já realizou contato com Raimundo Junior (ASPLAN) e que adiantou tratativas no sentido de verificar a possibilidade de disponibilizar o maior número de vagas possível para os integrantes da comissão.</p> <p>2.6. Ressaltou que os membros da comissão vêm atuando de forma empírica, e que a capacitação proposta contribuirá para a melhoria técnica das análises e decisões.</p>	
3	00:03:03	Arsênio Martins (NPQ)	<p>3.1. Indagou aos presentes se já haviam tido a oportunidade de analisar o material em discussão, referindo-se ao conteúdo previamente compartilhado com os membros da comissão.</p> <p>3.2. Destacou que, em relação ao projeto em análise, o líder do projeto deverá ser alterado para o servidor Marcônio Galvão (SEAPT), conforme alinhado com os envolvidos.</p>	

4	00:05:00	Arsênio Martins (NPQ)	<p>4.1. Informou que a sugestão apresentada pela equipe foi a de instituir e operacionalizar determinado projeto.</p> <p>4.2. Optou por iniciar sua explanação a partir do objetivo macro da iniciativa.</p>
5	00:05:14	Arsênio Martins (NPQ)	<p>5.1. Definiu o objetivo macro do projeto como sendo assegurar a continuidade das atividades essenciais do TRE e garantir a pronta resposta a situações de calamidades, desastres ambientais e outras crises.</p> <p>5.2. Comentou que a questão das crises cibernéticas poderia estar incluída dentro das crises mencionadas ou, alternativamente, poderia ser tratada separadamente.</p>
6	00:06:27	Arsênio Martins (NPQ)	<p>6.1. Apresentou os objetivos complementares, destacando a necessidade de instituir e operacionalizar um Gabinete de Crise abrangente.</p> <p>6.2. Indicou que o indicador de sucesso para esse objetivo seria o número de órgãos e entidades representantes que compõem o Gabinete de Crise.</p> <p>6.3. Informou que a meta estabelecida é que o Gabinete de Crise seja formalmente instituído até 30/09/2025, com a participação de representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, OAB, Defesa Civil e um juiz gestor do TRE.</p> <p>6.4. Questionou os presentes sobre a necessidade de inclusão de outros órgãos que considerem essenciais para compor o Gabinete de Crise.</p>
7	00:07:21	Antônio Manoel (NSEGI)	<p>7.1. Comentou que ouviu menção à questão da segurança cibernética durante a reunião.</p>
8	00:07:26	Arsênio Martins (NPQ)	<p>8.1. Levantou a questão sobre a inclusão da segurança cibernética no plano de ação em discussão, questionando se a crise cibernética deve ser tratada dentro do escopo deste plano ou não.</p> <p>8.2. Sugeriu que seja avaliado se a segurança cibernética precisa ser integrada formalmente ao plano de ação atual ou se deve permanecer como assunto tratado separadamente.</p>
9	00:07:59	Antônio Manoel (NSEGI)	<p>9.1. Reforçou que, desde o início das discussões, tem destacado que algumas diretrizes definidas nesta comissão poderão motivar a revisão das diretrizes existentes sobre segurança cibernética.</p> <p>9.2. Esclareceu que os protocolos relacionados à segurança cibernética já estão sendo contratados desde o ano de 2023.</p>
10	00:08:40	Arsênio Martins (NPQ)	<p>10.1. Informou que realizou uma revisão do conteúdo em discussão.</p> <p>10.2. Concluiu que o objetivo do grupo deve ser definido como assegurar a continuidade das atividades do TRE e a pronta resposta em situações de calamidades, desastres ambientais e crises cibernéticas.</p>
11	00:10:35	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>11.1. Informou que, após análise do documento, constatou que todos os órgãos previstos foram devidamente abrangidos, em conformidade com a Recomendação nº 40.</p>

12	00:10:41	Arsênio Martins (NPQ)	<p>12.1. Comentou que encontrou a informação que estava procurando, demonstrando satisfação com o conteúdo apresentado.</p> <p>12.2. Destacou a importância de estabelecer protocolos claros para o acionamento das forças de apoio, como parte das ações previstas no plano de resposta a crises.</p>
13	00:11:43	Arsênio Martins (NPQ)	<p>13.1. Reforçou a necessidade de estabelecer protocolos claros para o acionamento das forças de apoio, destacando como indicador o percentual de pontos de contato mapeados para auxílio federal, estadual e municipal.</p>
14	00:12:09	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>14.1. Informou que o Gabinete de Polícia Judicial (GPJI) já está atuando nesse levantamento.</p> <p>14.2. Comunicou que a assistente responsável já iniciou o processo e está mapeando as informações necessárias, como previamente orientado.</p>
15	00:12:26	Paulo Calland (SEINF)	<p>15.1. Questionou se, na relação de órgãos a serem incluídos no mapeamento de pontos de contato para o Gabinete de Crise, os Bombeiros não deveriam estar incluídos.</p>
16	00:12:29	Arsênio Martins (NPQ)	<p>16.1. Confirmou que havia listado, entre os órgãos estaduais, o Comando da Polícia Militar (PM).</p> <p>16.2. Sugeriu a instituição de uma equipe de apoio técnico especializado, a ser viabilizada por meio de parcerias institucionais.</p> <p>16.3. Esclareceu que essa iniciativa está alinhada com a estratégia de formação de parcerias para apoio técnico, anteriormente mencionada.</p> <p>16.4. Propôs a elaboração de um Plano de Comunicação para Crises, como medida essencial para garantir respostas coordenadas e eficazes em situações de emergência.</p> <p>16.5. Propôs desenvolver e implementar um plano de evacuação e rota de fuga para os prédios do TRE-PI.</p> <p>16.6. Indicou que o indicador para acompanhamento será o percentual dos prédios ocupados que contem com o plano de evacuação ou rota de fuga.</p> <p>16.7. Estipulou como meta a elaboração do plano para 100% dos prédios ocupados pelo TRE-PI, com disponibilização das plantas físicas e digitais em ambiente acessível ao Gabinete de Crise e aos administradores dos prédios.</p>

17	00:16:11	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>17.1. Relatou que pesquisou sobre o assunto e verificou que o plano de evacuação deve ser elaborado por um profissional qualificado em segurança do trabalho, como técnico ou engenheiro de segurança, e deve ser validado por órgãos oficiais.</p> <p>17.2. Ressaltou a necessidade de realizar contratação específica para elaboração do plano, abrangendo a sede e todos os prédios da capital e interior.</p> <p>17.3. Destacou que essa contratação deverá envolver a ENARQ e contou que já conversou com o servidor Mhário Eugênio, que comentou sobre a rota de fuga, enfatizando que o plano de evacuação inclui comunicação, sinalização, rota de fuga, entre outros elementos.</p> <p>17.4. Alertou que a elaboração do plano não é tarefa simples e reforçou que a contratação deverá contemplar o contato com a manutenção predial para emissão de ordem de serviço para a execução do plano.</p> <p>17.5. Concordou com o prazo proposto por Raimundo Junior (ASPLAN), de 30 de junho de 2027, considerando-o adequado para o estudo e elaboração do plano.</p> <p>17.6. Sugere que a redação da meta ou ação seja alterada para explicitar que a elaboração do plano será realizada mediante contratação, conforme seu entendimento baseado em pesquisas sobre o assunto.</p>
18	00:18:21	Antônio Manoel (NSEGI)	<p>18.1. Concordou com Joziele Coimbra (COAAD).</p> <p>18.2. Reforçou que todas as secretarias do TRE deveriam possuir pelo menos duas saídas de emergência, o que atualmente não é comum.</p> <p>18.3. Citou exemplos práticos, como os prédios da TI e da SAOF, onde, em caso de incêndio, não há acesso a uma saída alternativa para evacuação, sendo necessário o uso do elevador, o que não é adequado em situações de emergência.</p>
19	00:19:12	Paulo Calland (SEINF)	<p>19.1. Informou que já havia analisado o assunto anteriormente.</p> <p>19.2. Explicou que o prédio antigo apresenta um problema sério, pois cada andar possui apenas uma única entrada e saída, que coincide com a localização da escada e do telefone.</p>
20	00:21:26	Arsênio Martins (NPQ)	<p>20.1. Relatou que Raimundo Junior (ASPLAN) sugeriu, considerando a complexidade do envolvimento de agentes externos e a existência de aproximadamente cinquenta prédios a serem mapeados, que o prazo fosse estendido até o final de 2027.</p>
21	00:21:43	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>21.1. Mencionou que, no momento da formação da proposta orçamentária, a previsão inicial era para o ano de 2026. Porém, para 2027 já seria possível inserir a demanda referente ao plano de evacuação.</p>
22	00:21:53	Raimundo Junior (ASPLAN)	<p>22.1. Mencionou que o problema orçamentário é complexo e que a contratação não se limita apenas ao serviço em si.</p> <p>22.2. Destacou que o orçamento pode ser planejado para um ano e a execução para o seguinte.</p> <p>22.3. Ressaltou que o trabalho envolve mais do que apenas desenhar no AutoCAD, incluindo a necessidade de vistorias e outras atividades complexas.</p>

23	00:22:16	Arsênio Martins (NPQ)	<p>23.1. Ressaltou a importância de identificar o percentual de prédios atualmente ocupados que contam com saídas de emergência em todos os ambientes.</p> <p>23.2. Pontuou que essa ação é fundamental para garantir a segurança física dos ocupantes e o cumprimento das normas técnicas vigentes.</p> <p>23.3. Sugeriu promover treinamentos e simulações de resposta a crises, com o objetivo de treinar um maior número de servidores.</p> <p>23.4. Propôs a realização de, no mínimo, um treinamento e simulado de crise e acionamento das ações previstas a cada dois anos, com a participação de dez servidores da força de trabalho.</p>
24	00:23:09	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>24.1. Sugeriu estabelecer uma parceria com o Corpo de Bombeiros para que a corporação possa ministrar os treinamentos de resposta a crises.</p>
25	00:23:24	Raimundo Junior (ASPLAN)	<p>25.1. Expressou que a ideia de parceria com o Corpo de Bombeiros é interessante e recordou que, em 2012, houve uma tentativa de treinamento semelhante, incluindo uma simulação de incêndio.</p> <p>25.2. Mencionou que, naquela ocasião, uma brigada de incêndio foi multada.</p> <p>25.3. Sugeriu que, em vez de contratar brigadistas externos (como os de shoppings), a instituição deveria ter uma pessoa de referência com treinamento básico em cada uma das salas.</p> <p>25.4. Reafirmou que a intenção não é criar uma brigada tradicional, mas sim ter uma pessoa de referência, agindo como uma espécie de "brigada de emergência" em cada setor.</p> <p>25.5. Detalhou que essa pessoa deveria ter treinamentos focados para saber como conduzir o público, estabelecer prioridades e prestar auxílio em situações de emergência, como no resgate de alguém, considerando o desespero comum em momentos de pânico.</p> <p>25.6. Sugeriu que houvesse, no mínimo, uma pessoa de referência por andar ou por setor, para que haja uma orientação imediata e segura em caso de crise.</p> <p>25.7. Concordou com a observação de "desobstruir e monitorar", afirmando que essa é uma atividade permanente e não pontual.</p> <p>25.8. Explicou que, frequentemente, materiais de limpeza ou arquivos são colocados nas rotas de fuga, obstruindo o caminho.</p> <p>25.9. Ressaltou que o acompanhamento contínuo é essencial para evitar a obstrução e garantir a segurança das saídas de emergência.</p>
26	00:26:16	Leonardo Saraiva (SEINF)	<p>26.1. Agradeceu a contribuição de Raimundo Junior (ASPLAN).</p> <p>26.2. Sugeriu a criação de uma agenda com periodicidade mensal para o monitoramento contínuo das rotas de fuga.</p> <p>26.3. Propôs, adicionalmente, a fixação de um mapa com a rota de fuga em um local visível e de fácil acesso, como o hall de cada andar.</p>
27	00:26:37	Raimundo Junior (ASPLAN)	<p>27.1. Sugeriu que, além da agenda de monitoramento, a instalação de avisos permanentes nos andares, como "Não coloque material aqui", fosse considerada uma ação com início e fim.</p> <p>27.2. Explicou que esses alertas fixos servem para lembrar constantemente a todos sobre a importância de não obstruir as rotas de fuga.</p>

28	00:27:50	Antônio Manoel (NSEGI)	<p>28.1. Reforçou a importância da desobstrução das rotas de fuga, informando que essa é uma das verificações realizadas pelo Corpo de Bombeiros durante as inspeções.</p> <p>28.2. Mencionou um caso em seu condomínio, onde o Corpo de Bombeiros identificou materiais bloqueando o acesso às escadas de emergência em alguns andares.</p> <p>28.3. Acrescentou que, nesses casos, todas as pessoas do andar são notificadas, já que é impossível identificar o responsável pela obstrução.</p>
29	00:30:54	Arsênio Martins (NPQ)	<p>29.1. Apresentou a meta de elaborar minutas de documentos essenciais para serem utilizados em momentos de crise, a fim de agilizar as ações.</p> <p>29.2. Sugeriu a criação de minutas para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Portaria Conjunta para o reconhecimento da situação de crise e estabelecimento de ações; - Portaria de Comissão Interna para o atendimento às famílias em casos de desastre e calamidade. <p>29.3. Questionou se haveria a necessidade de elaborar mais algum documento, como minutas relacionadas à dispensa de licitação, para que ficassem previamente preparadas para uma eventual crise.</p>
30	00:31:50	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>30.1. Informou que não há necessidade de elaborar minutas para dispensa de licitação.</p> <p>30.2. Explicou que as regulamentações para essa situação já estão previstas em lei.</p>
31	00:31:52	Arsênio Martins (NPQ)	<p>31.1. Apresentou o alinhamento estratégico da proposta com o objetivo de "Aprimorar a governança, a gestão e a infraestrutura".</p> <p>31.2. Justificou que a criação de um gabinete de crise, a elaboração de protocolos, o mapeamento de contatos e a definição de responsáveis são pilares de uma governança eficaz e de uma gestão de riscos aprimorada. Afirmou que a identificação e correção de locais sem saída de emergência visam aprimorar a infraestrutura e a segurança.</p> <p>31.3. Discutiu o impacto da proposta nesse objetivo, afirmado que o plano de ação visa garantir a continuidade das atividades do tribunal em situações de crise, o que é fundamental para a integridade e a segurança dos processos eleitorais.</p> <p>31.4. Questionou a inclusão de "ataques cibernéticos" nesse contexto, e se a capacidade de resposta rápida e proteção da infraestrutura e dos dados também deveriam ser retiradas, pois essas ações estariam mais relacionadas a uma crise cibernética.</p>
32	00:33:38	Antônio Manoel (NSEGI)	<p>32.1. Sugeriu manter o texto, com o tratamento separado da crise cibernética.</p>
33	00:33:47	Arsênio Martins (NPQ)	<p>33.1. Afirmou que a proposta visa melhorar a comunicação interna e externa, complementando as ações já propostas.</p> <p>33.2. Sugeriu a elaboração de um plano de comunicação de crise, com o objetivo de garantir que as informações sejam transmitidas de forma eficaz, tanto para dentro quanto para fora do tribunal, em momentos críticos.</p> <p>33.3. Apresentou o alinhamento da proposta aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a pedido da Diretora-Geral Silvani Maia.</p> <p>33.4. Mencionou a meta de Paz, Justiça e Instituições Eficazes, justificando que o plano de ação assegura a continuidade das atividades essenciais do tribunal em cenários de crise, como desastres naturais ou calamidades.</p>

34	00:34:35	Joziele Coimbra (COAAD)	34.1. Questionou se existia um ODS específico relacionado à segurança.
35	00:34:43	Arsênio Martins (NPQ)	<p>35.1. Mencionou não ter recordado de um ODS específico para segurança.</p> <p>35.2. Confirmou que o ODS relevante era o 16.</p> <p>35.3. Enfatizou que o plano preserva a capacidade institucional de oferecer serviços e realizar eleições, essenciais para a democracia e justiça, impactando a meta 16.7 de decisão responsável.</p> <p>35.4. Afirmou que o plano de ação contribui para a preservação da capacidade do tribunal de oferecer serviços jurisdicionais eleitorais e de realizar eleições, sendo a minimização da suspensão de atividades e a garantia de funcionamento em momentos de crise exemplos diretos dessa contribuição.</p> <p>35.5. Apresentou as entregas do projeto, que incluem a criação de um "Gabinete de Crise Abrangente instituído".</p> <p>35.6. Mencionou que, a sugestão de Raimundo Junior (ASPLAN) foi para incluir no projeto a identificação dos órgãos e a sugestão à Presidência de quem deve compor o Gabinete de Crise.</p> <p>35.7. Apresentou as entregas do projeto, que incluem a criação de um "Gabinete de Crise Abrangente instituído".</p> <p>35.8. Mencionou que a sugestão de Raimundo Junior (ASPLAN) foi para incluir no projeto a identificação dos órgãos e a sugestão à Presidência de quem deve compor o Gabinete de Crise.</p> <p>35.9. Indagou se Patrícia Vilarinho (NACJIPGP) seria a responsável por essa ação.</p> <p>35.10. Afirma que o Gabinete de Crise irá abranger os órgãos já citados: Ministério Público, Defensoria, OAB e Defesa Civil.</p>
36	00:37:17	Joziele Coimbra (COAAD)	36.1. Questionou se o prazo final deveria ser setembro, e não outubro, conforme o cabeçalho.
37	00:39:16	Arsênio Martins (NPQ)	<p>37.1. Sugeriu acrescentar a menção a "desastres ambientais e calamidades públicas" na descrição das situações de crise a serem abordadas.</p> <p>37.2. Propôs o prazo de 15 de agosto a 15 de outubro para a implementação da iniciativa.</p> <p>37.3. Apresentou o ponto da pauta, que é a criação de uma reserva de contingência no orçamento para situações de crise.</p> <p>37.4. Mencionou que Raimundo Junior (ASPLAN) sugeriu que a solicitação orçamentária seja feita no período de abril de 2026 a 31 de dezembro de 2027.</p>
38	00:40:35	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>38.1. Confirmou a proposta e o prazo, mencionando que a solicitação de reserva orçamentária é viável.</p> <p>38.2. Informou que conversou com Joaquim Almeida (COOF) e ele confirmou a possibilidade de fazer a reserva orçamentária, desde que seja solicitada no momento oportuno da elaboração da próxima proposta.</p>
39	00:40:49	Raimundo Junior (ASPLAN)	<p>39.1. Esclareceu o cronograma de elaboração da proposta orçamentária, justificando as datas sugeridas.</p> <p>39.2. Explicou que o fechamento da proposta ocorre em abril, após a abertura das consultas às unidades em janeiro ou fevereiro.</p> <p>39.3. Detalhou o processo, mencionando que a proposta é inserida no sistema de orçamento do TSE, e a versão final é fechada em agosto, após as aprovações do CNJ e do TSE.</p>

40	00:42:20	Arsênio Martins (NPQ)	<p>40.1. Questionou os participantes se haveria mais alguma ação necessária para a efetiva instituição do Gabinete de Crise.</p> <p>40.2. Mencionou as ações já propostas: oficiar os órgãos, formalizar a criação do gabinete e determinar a reserva de contingência.</p> <p>40.3. Ponderou sobre a necessidade de incluir outras ações, como a elaboração de normas ou a definição de uma equipe de apoio, mas concluiu que os pontos já previstos (plano de comunicação, plano de evacuação, treinamentos e minutas de documentos) seriam suficientes.</p>
41	00:43:32	Antônio Manoel (NSEGI)	<p>14.1. Mencionou que a instituição do Comitê de Crise Cibernética serviu de modelo, pois já possui uma portaria que o estabelece formalmente.</p> <p>14.2. Ressaltou que, embora haja um local pré-definido, a competência para escolher o ambiente mais adequado para a reunião é na Presidência, já que a situação de crise pode exigir um local diferente.</p>
42	00:44:11	Arsênio Martins (NPQ)	<p>42.1. Mencionou a necessidade de criar protocolos claros para o acionamento de forças de apoio.</p> <p>42.2. Sugeriu que o primeiro passo seria o mapeamento dos pontos de contato, citando Maria do Socorro Ribeiro (SEAPT) e Zоel Castro(GPJI).</p> <p>42.3. Sugeriu a instituição de uma equipe de apoio técnico especializado, a ser formada por meio de parcerias.</p> <p>42.4. Explicou que essa equipe seria para lidar com problemas mais graves.</p>
43	00:48:50	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>43.1. Reiterou a pergunta sobre o diretório online e físico. Online seria uma pasta na intranet ou Google Drive, e fisicamente, impresso pelas zonas, que farão a impressão.</p>
44	00:49:20	Arsênio Martins (NPQ)	<p>44.1. Concordou com a sugestão de disponibilizar o diretório de documentos, desde que as unidades saibam onde encontrar a versão física e a digital.</p> <p>44.2. Enfatizou a importância de que todas as unidades tenham acesso ao documento para saber onde encontrá-lo em caso de emergência.</p>
45	00:49:33	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>45.1. Sugeriu que as unidades façam a impressão dos documentos localmente para evitar os custos com correio.</p>
46	00:49:56	Arsênio Martins (NPQ)	<p>46.1. Concordou com a sugestão de impressão local e propôs que os documentos fossem disponibilizados em locais visíveis, como ao lado dos extintores de incêndio, para que todos saibam onde encontrá-los em caso de emergência.</p> <p>46.2. Concluiu a discussão sobre a localização dos documentos, sugerindo que a padronização fosse adotada em todas as unidades.</p> <p>46.3. Propôs que a lista de contatos ficasse ao lado dos extintores de incêndio, para que estivesse em um local de fácil acesso para todos.</p> <p>46.4. Mencionou, ainda, a necessidade de estabelecer um protocolo de acesso para esses documentos.</p> <p>46.5. Expressou a sua preocupação de que o protocolo em si, ou seja, as ações a serem tomadas em caso de emergência, não estivessem claras no plano.</p> <p>46.6. Ponderou que seria necessário definir a forma de ação, como o que fazer em caso de incêndio.</p>
47	00:52:33	Leonardo Saraiva (NSCIB)	<p>47.1. Reafirmou que a sugestão era de um único número, não de múltiplos contatos.</p>

48	00:52:43	Arsênio Martins (NPQ)	<p>48.1. Mencionou que o TRE-PI possui vários contatos para emergências, e que os serviços de emergência (como 190) redirecionam, mas questionou a viabilidade de uma central única mantida pelo tribunal.</p> <p>48.2. Perguntou se todos concordavam com a necessidade de definir ações padrão em um checklist para acionamento de forças de apoio.</p>
49	00:56:28	Raimundo Junior (ASPLAN)	<p>49.1. Sugeriu um checklist de providências simples, mas com as ações a serem tomadas, e considerou inviável manter uma estrutura ociosa para calamidades.</p> <p>49.2. Reafirmou que um ponto referencial (um número de telefone) com um local é suficiente, e que este número deve constar no checklist.</p>
50	00:59:59	Arsênio Martins (NPQ)	<p>50.1. Sugeriu que o plano inclua a definição de ações a serem adotadas em situações de crise, talvez no formato de um checklist.</p> <p>50.2. Questionou se as instruções seriam destinadas a qualquer servidor ou apenas ao responsável pela unidade.</p>
51	01:00:49	Raimundo Junior (ASPLAN)	51.1. Mencionou que a definição de ações é necessária para que se saiba quem deve acionar o gabinete de crise.

2º GRAVAÇÃO

52	00:00:01	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>52.1. Afirmou que o próprio gabinete será responsável por estabelecer os protocolos e as rotinas de ação.</p> <p>52.2. Mencionou a figura de um juiz como um possível membro do gabinete.</p>
53	00:00:09	Arsênio Martins (NPQ)	<p>53.1. Ponderou sobre uma situação prática, imaginando estar em uma zona eleitoral durante uma crise.</p> <p>53.2. Questionou qual seria a ação imediata que ele, como servidor, deveria tomar nesse cenário.</p>
54	00:00:21	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>54.1. Afirmou que a elaboração de um checklist de ações pode ser uma atividade do próprio Gabinete de Crise, assim que ele for formalmente instituído.</p> <p>54.2. Sugeriu que o gabinete, por sua vez, teria um checklist de orientações para repassar.</p>
55	00:01:25	Raimundo Junior (ASPLAN)	<p>55.1. Expressou sua opinião de que os detalhes operacionais não devem ser incluídos no plano de ação.</p> <p>55.2. Sugeriu que o raciocínio sobre a elaboração do checklist e suas especificidades seja discutido em um momento posterior, durante a elaboração do documento.</p> <p>55.3. Concordou que um checklist de ações é necessário, pois serve como um referencial para a tomada de decisão em momentos de crise.</p> <p>55.4. Explicou que, mesmo que um servidor não memorize todas as ações, um ponto de contato inicial, já seria suficiente para iniciar o processo de resolução.</p> <p>55.5. Reiterou que o detalhamento do checklist deve ser feito posteriormente, durante a elaboração do plano de ação.</p>

56	00:02:42	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>56.1. Questionou por que o Grupo de Trabalho (GT), responsável pela elaboração do plano de ação, não faria parte da instituição do Gabinete de Crise.</p> <p>56.2. Enfatizou que o papel principal na gestão de crise seria do gabinete.</p>
57	00:03:34	Raimundo Junior (ASPLAN)	<p>57.1. Explicou que o Grupo de Trabalho (GT) tem um papel temporário, focado na elaboração e entrega do plano de contingência.</p> <p>57.2. Concluiu que a função do plano de ação é ser entregue à alta administração, que será responsável por iniciar o restante das ações e recomendações.</p>
58	00:04:25	Arsênio Martins (NPQ)	<p>58.1. Questionou quem seria o responsável por realizar as ações do plano.</p> <p>58.2. Perguntou se a responsabilidade de executar as ações seria do GPJI.</p>
59	00:04:53	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>59.1. Sugeriu que a execução das ações fosse feita em parceria com o GPJI.</p>
60	00:04:57	Raimundo Junior (ASPLAN)	<p>60.1. Concordou que, em situações de crise que afetam a infraestrutura, vários setores estão envolvidos, como SAOF, ENARQ e a equipe de segurança.</p> <p>60.2. Afirmou que o gestor do Gabinete de Crise deve ser o responsável por supervisionar a situação.</p>
61	00:05:47	Arsênio Martins (NPQ)	<p>61.1. Questionou se o período de 1º de setembro a 31 de outubro seria um prazo adequado para a realização das ações.</p>
62	00:06:00	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>62.1. Mencionou que o prazo seria muito curto.</p>
63	00:06:19	Raimundo Junior (ASPLAN)	<p>63.1. Afirmou que o prazo é razoável, considerando que o Gabinete de Crise, que será responsável por essa ação, será instituído.</p>
64	00:10:17	Arsênio Martins (NPQ)	<p>64.1. Deu continuidade à leitura do plano de ação, abordando o tópico de equipe de apoio técnico especializado.</p> <p>65.2. Mencionou que a equipe seria formada por meio de parcerias, e que a ação principal seria a elaboração de uma minuta de acordo de cooperação.</p>
65	00:10:40	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>65.1. Solicitou que a data mencionada anteriormente no plano de ação fosse ajustada.</p>

66	00:11:08	Arsênio Martins (NPQ)	<p>66.1. Sugeriu que o próximo passo na elaboração das parcerias seria a realização de visitas institucionais aos órgãos parceiros.</p> <p>66.2. Propôs que, durante essas visitas, a minuta do Acordo de Parceria fosse apresentada.</p> <p>66.3. Sugeriu que o convite aos órgãos parceiros seja feito após a formalização do Gabinete de Crise, que ele estipula para o dia 15 de dezembro.</p> <p>66.4. Propôs um prazo de um mês para a ação, que começaria em 1º de novembro e terminaria em 30 de dezembro, ou a partir de 15 de dezembro.</p> <p>66.5. Mencionou que a Presidência seria a responsável por formalizar os acordos de cooperação com os órgãos parceiros.</p> <p>66.6. Questionou o cronograma para a elaboração da minuta do acordo de cooperação, sugerindo que essa ação poderia ser feita antes das visitas institucionais.</p> <p>66.7. Pediu a opinião dos participantes sobre a prática de apresentar um "croqui" do acordo de cooperação aos órgãos parceiros.</p>
67	00:14:45	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>67.1. Concordou que o ideal é levar uma minuta prévia do acordo para as reuniões com os parceiros.</p> <p>67.2. Explicou que isso permitiria discutir as cláusulas, como as obrigações de cada parceiro, e fazer ajustes durante o encontro.</p>
68	00:15:04	Raimundo Junior (ASPLAN)	<p>68.1. Concordou com a sugestão de Joziele Coimbra (COAAD), mencionando que a experiência dela na SELIC é um ponto de referência.</p> <p>68.2. Afirmou que o ponto principal a ser discutido com os parceiros não é a minuta em si, que já tem um padrão na SELIC, mas sim o plano de trabalho, que é um anexo do acordo.</p>
69	00:15:33	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>69.1. Explicou que a SELIC utiliza o plano de trabalho como base para elaborar a minuta do acordo.</p> <p>69.2. Enfatizou que o plano de trabalho contém informações essenciais, como prazos e obrigações de cada parceiro.</p> <p>69.3. Interrompeu a discussão atual para sugerir que o grupo volte a um ponto anterior. Propôs que o tópico relacionado ao Gustavo Duarte (SEPAC) seja alinhado e finalizado antes de prosseguir com a pauta.</p>
70	00:18:17	Gustavo Duarte (SEPAC)	<p>70.1. Esclareceu que a sigla correta para a iniciativa no estado é REER-PI (Rede de Emergência de Radioamadores do Piauí), pois a RENER (nacional) não é a responsável pelo projeto.</p> <p>70.2. Afirmou que as negociações entre a rede estadual e o governo do estado estão em andamento.</p> <p>70.3. Informou que, na quinta-feira anterior, a REER-PI se reuniu com o governo do estado para dar continuidade às tratativas.</p>
71	00:19:01	Arsênio Martins (NPQ)	<p>71.1. Questionou se, apesar das tratativas em andamento, ainda não existe um canal de contato estabelecido com a REER-PI.</p>

72	00:19:11	Gustavo Duarte (SEPAC)	72.2. Esclareceu que, apesar de já possuir contatos pessoais na rede, o acordo ou ato formal de parceria ainda não foi estabelecido. Mencionou ainda que a formalização ainda está em andamento.
73	00:19:18	Arsênio Martins (NPQ)	73.1. Mencionou que, inicialmente, a responsabilidade de obter e listar os contatos da rede de radioamadores seria de Gustavo Duarte (SEPAC). 73.2. Afirmou que a lista seria repassada ao GPJI para que os contatos fossem incluídos no registro de pontos de contato.
74	00:19:55	Gustavo Duarte (SEPAC)	74.1. Questionou quem seria o responsável pelo GPJI.
75	00:19:59	Arsênio Martins (NPQ)	75.1. Confirmou que Zoel Castro (GPJI) seria o responsável pelo Gabinete de Polícia Judicial.
76	00:20:06	Joziele Coimbra (COAAD)	76.1. Esclareceu a composição do Gabinete de Polícia Judicial, citando Maria do Socorro (SEAPT) e os agentes de segurança Zoel Castro, José Luis e João Pinto.
77	00:20:16	Gustavo Duarte (SEPAC)	77.1. Afirmou que irá procurar um dos responsáveis no Gabinete de Polícia Judicial para repassar as informações.
78	00:21:22	Arsênio Martins (NPQ)	78.1. Sugeriu que o grupo continue a discussão do plano de ação, propondo a elaboração de um Plano de Comunicação Padrão para Situações de Crise. 78.2. Mencionou que o plano de comunicação deveria incluir uma comunicação sobre o próprio projeto em andamento. 78.3. Deu prosseguimento à leitura do plano, detalhando os tópicos que o plano de comunicação deveria abordar. 78.4. Questionou sobre o que mais deveria ser incluído no plano de comunicação, sugerindo que o foco não fosse apenas no projeto em si, mas em como os servidores deveriam se comportar e se comunicar em momentos de crise.
79	00:23:44	Raimundo Junior (ASPLAN)	79.1. Afirmou que o objetivo principal do plano seria levar ao conhecimento dos servidores a existência da ferramenta, ou seja, do plano de emergência. 79.2. Sugeriu o uso de canais internos como notícias na intranet ou mensagens de WhatsApp para divulgar a existência do plano. 79.3. Afirmou que o detalhamento de "o que fazer" e "o que não fazer" em uma crise deve estar no checklist. 79.4. Reafirmou que o objetivo do plano de comunicação é informar os servidores sobre a existência do plano de emergência e do checklist.
80	00:24:53	Arsênio Martins (NPQ)	80.1. Reviu o plano de ação, constatando que o tópico sobre a elaboração de um Plano de Comunicação para Crises não havia sido detalhado. 80.2. Sugeriu que o plano fosse focado na comunicação sobre o protocolo de crise.

81	00:25:12	Raimundo Junior (ASPLAN)	<p>81.1. Concordou que o objetivo do plano de comunicação deve ser mais geral, sem entrar em detalhes operacionais.</p> <p>81.2. Reiterou que o foco é informar servidores e magistrados sobre a existência do protocolo de crise.</p> <p>81.3. Sugeriu que a comunicação fosse feita por meios simples, como internet, para que a equipe tomasse ciência da existência do plano de emergência.</p>
82	00:28:00	Arsênio Martins (NPQ)	<p>82.1. Deu prosseguimento à leitura do plano, mencionando a necessidade de um Plano de Evacuação e de rotas de fuga para os prédios.</p> <p>82.2. Sugeriu que fossem identificados os critérios a serem adotados para esse plano.</p>
83	00:28:52	Raimundo Junior (ASPLAN)	<p>83.1. Sugeriu que o plano de evacuação fosse tratado como um processo de contratação.</p>
84	00:29:08	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>84.1. Concordou com a sugestão de Raimundo Junior (ASPLAN), e acrescentou que o primeiro passo seria solicitar o orçamento.</p>
85	00:29:13	Raimundo Junior (ASPLAN)	<p>85.1. Confirmou a necessidade de um orçamento. Afirmou que o período deve ser longo devido à complexidade do processo.</p>
86	00:29:37	Arsênio Martins (NPQ)	<p>86.1. Validou o texto da redação. Questionou se a elaboração da minuta poderia começar antes do orçamento.</p>
87	00:30:29	Leonardo Saraiva (SEINF)	<p>87.1. Concordou que a proposta orçamentária deve ser feita no ano anterior.</p>
88	00:30:32	Raimundo Junior (ASPLAN)	<p>88.1. Mencionou que o DOD exige uma estimativa de valor, mas não um valor preciso.</p>
89	00:30:54	Arsênio Martins (NPQ)	<p>89.1. Sugeriu que o prazo para a elaboração do plano de evacuação fosse de 1º de dezembro de 2025 a 20 de dezembro de 2025.</p> <p>89.2. Questionou a quem a responsabilidade de elaborar o plano de evacuação seria atribuída.</p>
90	00:31:11	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>90.1. Sugeriu que a responsabilidade pela elaboração do plano fosse atribuída ao Gabinete de Polícia (GPJI), citando os nomes de Zoel Castro (GPJI) e Maria do Socorro (SEAPT).</p> <p>90.2. Mencionou que a equipe de contratação e a engenharia também estariam envolvidas no processo.</p>
91	00:31:37	Arsênio Martins (NPQ)	<p>91.1. Sugeriu que Mhário Eugênio (ENARQ) seria o nome mais adequado para ser atribuído à responsabilidade.</p>

92	00:31:43	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>92.1. Concordou que o nome de Mhário Eugênio (ENARQ) deveria ser incluído na ata.</p> <p>92.2. Recomendou que os nomes de Maria do Socorro (SEAPT) e Zoel Rosa (GPJI) fossem retirados, deixando apenas o de Mhário Eugenio (SEAPT).</p> <p>92.3. Relembrou que, no plano de evacuação, ainda falta definir a questão do prazo final para a contratação, que havia sido sugerido para 2027.</p> <p>92.4. Solicitou a inserção de uma nova linha (5.2) para esclarecer o prazo final da contratação.</p> <p>92.5. Esclareceu que o levantamento de custos para a contratação, por meio de um DOD, seria feito no final de 2025, para que a solicitação de orçamento pudesse ser feita em abril do próximo ano.</p>
93	00:38:08	Arsênio Martins (NPQ)	<p>93.1. Sugeriu que o plano de ação incluisse a atividade de monitoramento da execução do contrato por parte da empresa contratada.</p> <p>93.2. Esclareceu que a responsabilidade seria apenas de monitorar a entrega dos planos de evacuação e das rotas de fuga, e não de executá-los diretamente.</p> <p>93.3. Sugeriu que o tópico sobre os brigadistas fosse incluído no plano de ação.</p>
94	00:39:17	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>94.1. Afirmou que a questão dos brigadistas é um tópico à parte, que se enquadra em treinamento, e não em um plano de ação geral.</p>
95	00:39:22	Arsênio Martins (NPQ)	<p>95.1. Questionou se o treinamento dos brigadistas seria considerado uma contratação à parte.</p> <p>95.2. Mencionou que, por ter pouco conhecimento sobre o assunto, não sabia se o treinamento deveria fazer parte do plano de evacuação.</p>
96	00:39:42	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>96.1. Reafirmou que a questão dos brigadistas e os treinamentos já estão inclusos no plano de ação, sob o tópico "Treinamento e Simulações".</p> <p>96.2. Mencionou que esse item prevê a realização de treinamentos regulares e simulações de evacuação para que os funcionários saibam como agir em uma situação de crise.</p>
97	00:39:57	Arsênio Martins (NPQ)	<p>97.1. Questionou se o treinamento dos brigadistas estaria incluído no plano de evacuação ou se seria uma contratação à parte, ou ainda, se seriam duas contratações distintas.</p>
98	00:40:38	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>98.1. Esclareceu que, de acordo com as suas pesquisas, o treinamento de brigadistas faz parte do plano de evacuação e não seria uma contratação à parte.</p> <p>98.2. Resumiu os elementos essenciais que devem compor o plano de crise: rotas de fuga, pontos de encontro, sinalização, comunicação, treinamento e integração com órgãos externos, como o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil. Afirmou que o plano de crise, por englobar todos esses itens, é um documento bastante complexo.</p>
99	00:41:02	Arsênio Martins (NPQ)	<p>99.1. Levantou a questão da disponibilização das plantas digitais, questionando se o prazo deveria ser antecipado.</p>

100	00:41:15	Joziele Coimbra (COAAD)	100.1. Informou que já havia solicitado o levantamento das plantas.
101	00:41:19	Arsênio Martins (NPQ)	101.1. Verificou o prazo inicialmente definido de 1º de junho de 2026 a 30 de junho de 2026 e perguntou a Joziele Coimbra (COAAD) se ele deveria ser alterado.
102	00:41:32	Joziele Coimbra (COAAD)	102.1. Sugeriu que o levantamento das plantas começasse logo após a formalização do plano, propondo o início em setembro de 2025. 102.2. Considerou que o prazo de finalização em 30 de dezembro de 2025 seria adequado. 102.3. Explicou que o levantamento das plantas digitais é uma etapa prévia e necessária para a elaboração do DOD.
103	00:42:02	Arsênio Martins (NPQ)	103.1. Sugeriu que o plano de ação incluísse a identificação de locais sem saídas de emergência e a solicitação de correções. 103.2. Perguntou que essa ação de identificação dos locais estaria incluída dentro do plano.
104	00:43:24	Joziele Coimbra (COAAD)	104.1. Concordou com a sugestão de Arsênio Martins (NPQ), afirmando que a identificação de locais sem saídas de emergência faz parte do plano de rotas de fuga.
105	00:44:06	Arsênio Martins (NPQ)	105.1. Questionou o prazo final para a execução do plano, considerando a data de 31 de dezembro de 2027. 105.2. Sugeriu que o prazo para a execução do contrato e a entrega do plano fosse anterior a essa data, talvez até 20 de dezembro de 2027. 105.3. Propôs que a identificação das saídas de emergência e a solicitação de correções fossem feitas após a entrega do plano. 105.4. Expressou preocupação de que o prazo final sugerido (20 de outubro a 30 de dezembro de 2027) fosse muito curto para realizar todas as correções necessárias.
106	00:46:16	Gustavo Duarte (SEPAC)	106.1. Mencionou que, devido ao cronograma de reformas, cada um dos envolvidos deve atualizar a planilha de ações.
107	00:47:10	Joziele Coimbra (COAAD)	107.1. Sugeriu que a maioria dos cartórios já pode ter saídas de emergência, e o que pode estar faltando é apenas a identificação.
108	00:48:08	Arsênio Martins (NPQ)	108.1. Sugeriu que a ação de identificar e corrigir as saídas de emergência tenha o prazo final de 30 de dezembro de 2027. 108.2. Mencionou que a identificação das saídas de emergência é uma ação mais imediata, que pode ser feita rapidamente, para que as correções sejam solicitadas.
109	00:48:30	Joziele Coimbra (COAAD)	109.1. Afirmou que a grande maioria dos prédios onde os cartórios eleitorais estão instalados possui saídas de emergência, e que, em alguns casos, o que pode faltar é apenas a identificação.

110	00:48:30	Arsênio Martins (NPQ)	<p>110.1. Questionou se todos os ambientes do TRE possuem saídas de emergência e expressou sua dúvida sobre se o problema poderia ser solucionado até a data estipulada.</p> <p>110.1. Prosseguiu com a leitura do plano, detalhando a necessidade de se elaborar um treinamento e simulações para crises, que pudessem ser aplicados anualmente.</p>
111	00:50:03	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>111.1. Confirmou a realização do treinamento anualmente, devido ao pequeno percentual de servidores a serem treinados a cada ano</p>
112	00:50:11	Arsênio Martins (NPQ)	<p>112.1. Atribuiu a responsabilidade pela ação a Talyta Leão (COEDE) e Zoel Castro (GPJI).</p> <p>112.2. Questionou quando o primeiro treinamento e simulação seriam agendados e sugeriu a possibilidade de contratar uma empresa para realizar a tarefa.</p> <p>112.3. Levantou a ideia de oficiar o Corpo de Bombeiros para realizar o treinamento, mas observou que eles não o fazem gratuitamente.</p>
113	00:51:04	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>113.1. Solicitou que fosse marcada em vermelho a informação sobre a responsabilidade de buscar informações com José Filho (SAOF), que tem contato com o Corpo de Bombeiros.</p>
114	00:51:41	Arsênio Martins (NPQ)	<p>114.1. Sugeriu a possibilidade de gravar o treinamento para que não fosse necessário realizá-lo presencialmente todos os anos, e que a equipe pudesse apenas reativar o material.</p>
115	00:52:07	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>115.1. Afirmou que aproveitará a próxima reunião para confirmar as datas do plano de evacuação com Mhário Eugênio (SEAPT) e verificar se ele pode cumprir os prazos. Sugeriu marcar em vermelho o item sobre a gravação do treinamento para consulta.</p>

			<p>116.1. Mencionou a minuta de portaria conjunta da Presidência e da Corregedoria (CRE), que deveria reconhecer a situação de crise e determinar as providências a serem adotadas.</p> <p>116.2. Discorreu sobre a necessidade de se ter minutas de documentos essenciais para serem utilizadas em momentos de crise.</p> <p>116.3. Detalhou os pontos que a portaria deveria abranger:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auxílio recíproco entre magistrados • Extensão do regime de plantão para um maior número de magistrados e servidores • Formas de compensações futuras • Suspensão de prazos processuais • Regulamentação da possibilidade de requisição de bens móveis e imóveis • Possibilidade de requisição de novas urnas e outros equipamentos • Suporte de pessoal (presencial e remoto) • Autorização para contratações de emergência (geradores, serviços, etc.) <p>116.4. Deu continuidade à leitura do plano, mencionando a necessidade de se elaborar a minuta de uma comissão interna para atender às famílias de servidores atingidos.</p> <p>116.5. Detalhou que essa comissão deveria oferecer suporte em diversas áreas, como psicológica, financeira e de transporte de emergência.</p> <p>116.6. Afirmou que a responsabilidade por essa minuta já havia sido atribuída a Luciana Vilarinho (SEREF) em uma reunião anterior.</p>
117	00:54:09	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>117.1. Sugeriu que o prazo para a elaboração das minutas da comissão para atendimento às famílias de servidores, sob responsabilidade de Luciana, fosse alterado para o final de novembro, por considerar o prazo anterior, final de setembro, muito curto.</p>
118	00:54:45	Arsênio Martins (NPQ)	<p>118.1. Continuou a leitura do plano, abordando o tópico de disponibilizar as minutas em meio físico e digital aos responsáveis.</p> <p>118.2. Mencionou que a responsabilidade por essa tarefa seria de Álvaro Jaffé (ASSPRE).</p> <p>118.3. Notou que a data para essa ação também estava incorreta e que ele iria alterá-la para o tempo presente.</p>
119	00:55:36	Joziele Coimbra (COAAD)	<p>119.1. Questionou o motivo de haver uma data final para a elaboração da minuta da portaria, já que a suspensão de prazos só ocorreria em uma situação de crise real.</p> <p>119.2. Afirmou ter entendido o raciocínio após analisar o plano, compreendendo que a data final se refere à conclusão da elaboração da minuta.</p>

			120.1. Esclareceu para Joziele Coimbra (COAAD) que a minuta de portaria deve ser elaborada e deixada pronta previamente. 120.2. Afirmou que o objetivo é ter o documento "no ponto" para que, em uma situação de crise, a equipe possa apenas remover o que não for necessário, garantindo que nenhum ponto importante seja esquecido na urgência do momento. 120.3. Seguiu com a leitura do plano, questionando sobre a aquisição de equipamentos para situações de crise. 120.4. Mencionou os tópicos de definir o número e as especificações dos equipamentos, além de elaborar o DOD e monitorar a contratação.
121	00:57:31	Joziele Coimbra (COAAD)	121.1. Sugeriu que o processo de aquisição de equipamentos fosse iniciado em abril, pois é quando seria incluído na proposta orçamentária.
122	00:57:36	Arsênio Martins (NPQ)	122.1. Argumentou que a elaboração do DOD deve ser feita antes de abril, para que possa ser incluído na proposta orçamentária. 122.2. Prosseguiu com a leitura do plano, o próximo passo no plano de aquisição de equipamentos seria a execução do contrato para monitorar o fornecimento. 122.3. Sugeriu que o prazo para a execução e o monitoramento do contrato fosse mais curto. 122.4. Solicitou a confirmação sobre a existência de um protocolo de monitoramento, questionando se ele já estaria incluído no plano de rotas de fuga.
123	01:01:31	Joziele Coimbra (COAAD)	123.1. Argumentou que o item referente ao protocolo de monitoramento ficasse marcado em vermelho para que ela pudesse verificar a questão com Mhário Eugênio (SEAPT).
124	01:01:33	Arsênio Martins (NPQ)	124.1. Afirmou que seria necessário incluir uma nova etapa no plano, uma "subentrega", que seria a elaboração de um protocolo de monitoramento. 124.2. Reviu as metas do plano e afirmou que todas as ações necessárias foram incluídas. 124.3. Mencionou a inclusão da minuta do plano de comunicação. 124.4. Sugeriu que Joziele Coimbra (COAAD) fizesse uma conferência final e propôs marcar a data da próxima reunião.
125	01:04:51	Joziele Coimbra (COAAD)	125.1. Confirmou que a data para a próxima reunião seria o dia 22 .
126	01:05:06	Arsênio Martins (NPQ)	126.1. Confirmou a data da próxima reunião para o dia 22 , uma sexta-feira, às 9h . 126.1. Encerrou a discussão, confirmando o combinado.

DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	DATA
Alterar o líder do projeto em análise para o servidor Marcônio Galvão (SEAPT).	Arsênio Martins (NPQ) / Comissão	A ser formalizado

Mapear pontos de contato para acionamento de forças de apoio (federal, estadual e municipal).	Gabinete de Polícia Judicial (GPJI)	Dezembro/2025
Elaborar Plano de Evacuação e Rota de Fuga para todos os prédios.	Mhário Eugênio (ENARQ)	Junho/2027 (prazo final)
Levantar as plantas digitais dos prédios como etapa inicial para o plano de evacuação.	Joziele Coimbra (COAAD)	Dezembro/2025
Solicitar a inclusão de reserva orçamentária para o plano de evacuação e outras ações de crise.	Joziele Coimbra (COAAD) / Joaquim Almeida (COOF)	Abril de 2026
Promover treinamentos e simulações de resposta a crises.	Talyta Leão (COEDE) e Zoel Castro (GPJI)	A cada dois anos
Buscar informações sobre parceria com o Corpo de Bombeiros para a realização dos treinamentos.	José Filho (SAOF) / Joziele Coimbra (COAAD)	A verificar
Elaborar minuta de Portaria para a comissão de atendimento às famílias de servidores em caso de crise.	Luciana Vilarinho (SEREF)	Novembro/2025
Disponibilizar as minutas de documentos de crise em meio físico e digital aos responsáveis.	Álvaro Jaffé (ASSPRE)	A ser definido
Elaborar minutas de acordos de cooperação e realizar visitas institucionais para firmar parcerias de apoio técnico.	Comissão / Presidência	Dezembro/2025
Obter e repassar a lista de contatos da Rede de Emergência de Radioamadores do Piauí (REER-PI).	Gustavo Duarte (SEPAC) para Zoel Castro (GPJI)	A ser definido
Elaborar um Plano de Comunicação Padrão para Situações de Crise.	Comissão / GT	A ser definido
Confirmar a viabilidade dos prazos do plano de evacuação e a necessidade de um protocolo de monitoramento.	Joziele Coimbra (COAAD) com Mhário Eugênio (ENARQ)	Próxima reunião

Participantes			
Nome	Lotação	E-mail	Assinatura
Abelard Dias Ribeiro dos Santos	NFFGC	abelard.santos@tre-pi.jus.br	Eletrônica (SEI)
Antônio Manoel Silveira de Sousa	NSEGI	antonio.sousa@tre-pi.jus.br	Eletrônica (SEI)
Arsênio Almeida Martins	NPQ	arsenio.martins@tre-pi.jus.br	Eletrônica (SEI)
Gustavo Duarte Almeida Carvalho	SEPAC	gustavo.carvalho@tre-pi.jus.br	Eletrônica (SEI)
Joziele Coimbra Borges de Andrade	GABCOAAD	joziele.andrade@tre-pi.jus.br	Eletrônica (SEI)
Leonardo Saraiva e Silva	NSCIB	leonardo.saraiva@tre-pi.jus.br	Eletrônica (SEI)
Luciana Vilarinho da Rocha Nunes	SEREF	luciana.vilarinho@tre-pi.jus.br	Eletrônica (SEI)
Paulo Marcos Calland de Sousa Leite	SEINF	paulo.calland@tre-pi.jus.br	Eletrônica (SEI)
Raimundo Nonato Gonçalves Junior	ASPLAN	raimundo.junior@tre-pi.jus.br	Eletrônica (SEI)

Ata elaborada por	Cristiane Oliveira Silva / Arsênio Almeida Martins	Data	12/08/2025
Unidade de lotação	ASPLAN/NPQ	E-mail	arsenio.martins@tre-pi.jus.br

Em 14 de agosto de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Arsenio Almeida Martins, Analista Judiciário**, em 13/10/2025, às 10:07, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Duarte Almeida Carvalho, Técnico Judiciário**, em 13/10/2025, às 11:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002479631** e o código CRC **189C7CFF**.

0022782-13.2024.6.18.8000

0002479631v60

